

Reunião de 17 de setembro de 2019



----- Ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Mogadouro, realizada no dia dezassete de setembro do ano de dois mil e dezanove. -----

----- Aos dezassete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, no edifício dos paços do concelho e na sala de reuniões do gabinete do presidente, pelas nove horas e quinze minutos, sob a presidência do excelentíssimo senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, e com a presença dos excelentíssimos senhores vereadores, Manuel da Ressurreição Cordeiro, Evaristo António Neves, Joana Filipa Vicente da Silva, Alexandra Carlota Amen de Moraes Machado e Virgínia Cordeiro Gomes Vieira e, comigo, Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira, coordenadora técnica, a secretariar, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Mogadouro. -----

----- Declarada aberta a reunião pelo senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, foi deliberado justificar a falta de comparecimento do excelentíssimo senhor, Daniel Fernando Ribeiro Salgado, por motivos profissionais, e proceder, de seguida, à apreciação e votação dos seguintes pontos: -----

ORDEM DO DIA

- 1. GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COMUNS PARA OCUPAÇÃO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO DA CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 2. GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE O ESTATUTO REMUNERATÓRIO DO COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 3. PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE AZINHOSO A SOLICITAR A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS REFERENTES À LICENÇA DE CONSTRUÇÃO DE UM FORNO COMUNITÁRIO NA RUA DE TRAZ DA IGREJA EM AZINHOSO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 4. PEDIDO DE FERNANDO AMÉRICO LUCAS A SOLICITAR A EMISSÃO DE CERTIDÃO PARA CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE COMPARTES (ARTIGO N.º 667-C NA FREGUESIA DE BRUÇÓ) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**

Reunião de 17 de setembro de 2019



5. PRIMEIRA REVISÃO DO PPI-PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA E.M.600 ENTRE O VARIZ E SÃO MARTINHO DO PESO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
6. DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – REMODELAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DE URRÓS-MOGADOURO – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA EMPRESA AMBIÁGUA-GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DE ÁGUA, S.A. – DESPACHO DE APROVAÇÃO DO VICE-PRESIDENTE – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. -----
7. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO N.º 4505 SOBRE A REVISÃO DO PDM-PLANO DIRETOR MUNICIPAL (DELIBERAÇÃO DO EXECUTIVO) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
8. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO N.º 3695 SOBRE A SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DE PORMENOR DO BAIRRO DAS SORTES – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
9. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO N.º 4589 SOBRE A SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DE PORMENOR DO BAIRRO DAS SORTES (DECLARAÇÃO) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
10. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO N.º 4504 SOBRE O PLANO DE PORMENOR DO BAIRRO DAS SORTES – APROVAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----

----- 1. GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COMUNS PARA OCUPAÇÃO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO DA CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a proposta supracitada, subscrita pelo senhor vice-presidente da Câmara, Evaristo António Neves, datada de doze de setembro corrente, registada com o número “2019,EXP,I,GE,140”, do teor seguinte: -----

----- “Considerando que: -----

Reunião de 17 de setembro de 2019



- De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação em vigor e doravante designada apenas por LGTFP, os serviços da Administração Pública podem promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal; -----
- O Município de Mogadouro não se encontra numa situação de saneamento ou rutura, pelo que a Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2019, aprovada pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, possibilita a presente intenção de recrutamento, ao não ter norma específica que a vise restringir; -
- Atenta a estratégia do Município para o desenvolvimento concelhio e os projetos prioritários que se pretendem implementar, com vista ao seu alcance, resulta evidente a necessidade de procedermos ao recrutamento de trabalhadores que permita não só colmatar as carências existentes, mas também, fazer face ao volume de trabalho que está a decorrer nos serviços municipais, garantindo a concretização e o sucesso dos mesmos de uma forma sustentável e duradoura; -----
- Em 8 de fevereiro de 2018 foi aprovado pela Comissão Diretiva do PO Norte 2020, o projeto designado Gabinete Técnico de Apoio ao Aluno e à Família, que terminará em 31 de janeiro de 2022, pressupondo a contratação de trabalhadores com formação específica uma vez que, presentemente o Município não possui no seu Mapa de Pessoal; -----
- Esta carência, que se traduz em necessidades temporárias dos serviços, fundamenta a autorização de abertura do procedimento concursal para preenchimento dos dois postos de trabalho vagos na carreira e categoria de técnico superior, com vista à constituição de vínculo de emprego público por tempo determinado, a termo certo, tal como caracterizado no nosso mapa de pessoal e identificado sumariamente no quadro seguinte: -----

| Carreira/Categoria | N.º de Postos de Trabalho | Área/Atividade |
|---------------------------|----------------------------------|-----------------------|
| Técnico Superior | 1 | Terapeuta Ocupacional |
| Técnico Superior | 1 | Terapeuta da Fala |

- Dadas as previstas dificuldades de recrutamento, para os postos de trabalho indicados, de trabalhadores detentores de vínculo em funções públicas por tempo indeterminado, o procedimento concursal a realizar deve, ao abrigo do princípio da boa administração, consagrado no artigo 6.º do

Reunião de 17 de setembro de 2019



Código do Procedimento Administrativo, designadamente em obediência a critérios de eficiência, economicidade e celeridade, permitir a candidatura de candidatos com e sem vínculo de emprego público, conforme previsto no n.º 5 do artigo 30.º da LGTFP; -----

- O mapa de pessoal do Município de Mogadouro para o ano de 2019, aprovado com o orçamento municipal na sessão da Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2018, prevê os postos de trabalho a que se refere a presente proposta; -----

- Os lugares postos a concurso terão como conteúdo funcional genérico o definido no anexo da LGTFP para as respetivas carreiras e categorias, em articulação com as funções previstas para as unidades orgânicas identificadas no Regulamento da Organização dos Serviços Municipais; -----

- A competência para a promoção de recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação dos postos de trabalho é atualmente cometida ao órgão executivo do Município, de acordo com o disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro; -----

- Neste sentido, ao abrigo da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o disposto no artigo 29.º, no artigo 30.º e no n.º 1 do artigo 33.º todos da LGTFP, tenho a honra de propor nos termos do Despacho n.º 39/PR-2017, de 20 de outubro, que: -----

- 1. A Câmara Municipal, nos termos referidos anteriormente, delibere autorizar a abertura de procedimentos concursais comuns para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, a termos certo, nos termos previstos na Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, tendo em vista a ocupação dos 2 (dois) postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal, supra identificados, para desempenharem funções no âmbito do projeto Gabinete Técnico de Apoio ao Aluno e à Família, autorizando, também, a candidatura, de candidatos com e sem vínculo de emprego público; -----*
- 2. Seja aprovado o prazo de 10 dias úteis para apresentação de candidaturas aos referidos procedimentos; -----*
- 3. Seja aprovada, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do RJAL, a presente deliberação em minuta." -----*

----- Apreciada e explicada pelo senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta, autorizando, nos termos da legislação em vigor, a abertura de

Reunião de 17 de setembro de 2019



procedimentos concursais comuns para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado a termo certo, tendo em vista a ocupação de dois (2) postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal de técnicos superiores, nas categorias de, Terapeuta Ocupacional e Terapeuta da Fala, para desempenharem atividades no Gabinete Técnico de Apoio ao Aluno e à Família, autorizando, também, a candidatura, de candidatos com e sem vínculo de emprego público e o prazo de dez (10) dias úteis para apresentação de candidaturas aos referidos procedimentos. -----

----- 2. GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE O ESTATUTO REMUNERATÓRIO DO COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a proposta supratitulada, datada de dois de setembro de dois mil e dezanove, do presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, registada com o número “2019,EXP,I,GE,139”, que a seguir se reproduz: -----

----- “Considerando que: -----

----- 1 – O Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção civil e procedeu à segunda alteração à Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro; -----

----- 2 – A Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, procedeu ao enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito das Autarquias Locais, estabelece a organização dos serviços municipal de proteção civil e define as competências do coordenador municipal de proteção civil, em desenvolvimento da Lei de Bases de Proteção Civil; -----

----- 3 – O coordenador municipal de proteção civil depende hierárquica e funcionalmente do Presidente da Câmara a quem compete a sua designação, em comissão de serviço, pelo período de três anos; -----

----- 4 – A designação do coordenador municipal de proteção civil ocorre de entre indivíduos, com ou sem relação jurídica de emprego público, que possuam licenciatura e experiência funcional adequadas ao exercício daquelas funções; -----

----- 5 – Relativamente ao provimento daquele cargo, compete à Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, a definição sobre o estatuto remuneratório do coordenador municipal de proteção civil, podendo equipará-lo, para tal efeito, à remuneração de um dos cargos dirigentes da respetiva Câmara Municipal; -----

Reunião de 17 de setembro de 2019



----- 6 – O coordenador municipal de proteção civil pode auferir despesas de representação, nos termos da lei; -----

----- 7 – Assim, para os efeitos previstos no citado no n.º 5 do artigo 14.º-A da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril, propõe-se que o órgão executivo delibere sobre o estatuto remuneratório do coordenador municipal de proteção civil, atribuindo-lhe a remuneração de 2 025,35, que corresponde à 6.ª posição da carreira geral de técnico superior e ao nível 31 da respetiva tabela remuneratória única. -----

----- 8 – Não se propõe o pagamento de despesas de representação dado que a legislação em vigor, não prevê que os técnicos superiores, possam auferir de despesas de representação.” -----

----- Explicada pelo senhor presidente da Câmara, o Executivo deliberou, por maioria (com quatro votos a favor do senhor presidente, Francisco Guimarães e dos senhores vereadores, Evaristo Neves, Joana da Silva e Virgínia Vieira e dois votos contra dos senhores vereadores, Manuel Cordeiro e Alexandra Machado), aprovar a presente proposta relativa ao estatuto remuneratório do coordenador municipal de proteção civil e atribuir a remuneração de dois mil, vinte e cinco euros e trinta e cinco cêntimos (€2.025,35), que corresponde à sexta (6.ª) posição da carreira geral de técnico superior e ao nível trinta e um (31) da respetiva tabela remuneratória única. -----

----- A senhora vereadora, Alexandra Machado, declarou, justificando o seu voto que, tal como refere a legislação aplicável, se o estatuto remuneratório do coordenador municipal de proteção civil pode ser equiparado à remuneração de um dos cargos dirigentes desta Câmara Municipal deveria a proposta do senhor presidente ser nesse sentido. Optando pela remuneração de um técnico superior, como foi o caso, a mesma deveria ser também equiparada à de um técnico superior em funções nesta autarquia. -----

----- **3. PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE AZINHOSO A SOLICITAR A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS REFERENTES À LICENÇA DE CONSTRUÇÃO DE UM FORNO COMUNITÁRIO NA RUA DE TRAZ DA IGREJA EM AZINHOSO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Na sequência do deliberado na última reunião ordinária de dez de setembro, foi presente a informação número setecentos e quarenta e nove, de dois de setembro corrente, da arquiteta Alexandra Machado, do serviço de Ordenamento do Território e Urbanismo, na qual mencionou que a Junta de Freguesia de Azinhoso solicitou a isenção do pagamento de taxas referentes

Reunião de 17 de setembro de 2019



à licença de construção de um forno comunitário, a levar a efeito naquela freguesia. -----

----- Informou que, de acordo com o definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento Geral de Taxas Municipais, as entidades públicas administrativas beneficiam de isenção total ou parcial de taxas municipais, devendo o seu reconhecimento ser feito pelos órgãos competentes. -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido formulado pelo senhor presidente da Junta de Freguesia de Azinhoso, isentando-o do pagamento total das taxas correspondentes à emissão de licença municipal para construção de um forno comunitário naquela freguesia. -----

----- **Impedimentos:** - A senhora vereadora, Alexandra Machado, não esteve presente no momento da análise nem da votação deste assunto, por se encontrar impedida, pelo facto de ter sido ela, na qualidade de arquiteta da Autarquia, a informar o presente pedido, cumprindo-se o disposto no versado no n.º 6 do artigo 55.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 31.º e al. d) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

----- **4. PEDIDO DE FERNANDO AMÉRICO LUCAS A SOLICITAR A EMISSÃO DE CERTIDÃO PARA CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE COMPARTES (ARTIGO N.º 667-C NA FREGUESIA DE BRUÇÓ) –**

ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento pertencente a, Fernando Américo Lucas, morador na rua da Escola, na freguesia de Bruçó deste concelho, datado de trinta de agosto do corrente ano, em que solicitou, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, que lhe seja emitida certidão em como a Câmara não vê inconveniente e é de parecer favorável à celebração de negócio jurídico, constituição de compropriedade ou aumento de compartes sobre o prédio rústico inscrito na matriz número 667-C, sito em Cadavadas, na freguesia de Bruçó deste concelho. -----

----- A arquiteta, Alexandra Machado, da OTU-Ordenamento do Território e Urbanismo, na sua análise/informação número setecentos e quarenta e cinco, de trinta de agosto do corrente ano, informou o seguinte: -----

----- “
----- A Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, trata das áreas urbanas de génese ilegal, no art.º 54.º do referido diploma diz: -----

... “Medidas preventivas -----

Reunião de 17 de setembro de 2019



1 – A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de propriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios.” -----

Tendo em atenção o atrás referido deixo à apreciação superior de V. Exa. o deferimento do pedido.” -----

----- Analisada a informação técnica supratranscrita, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável ao pedido do requerente, procedendo os Serviços competentes à emissão de certidão nos termos solicitados. -----

----- **Impedimentos:** - A senhora vereadora, Alexandra Machado, não esteve presente no momento da análise nem da votação deste assunto, por se encontrar impedida, pelo facto de ter sido ela, na qualidade de arquiteta da Autarquia, a informar o presente pedido, cumprindo-se o disposto no versado no n.º 6 do artigo 55.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 31.º e al. d) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

----- **5. PRIMEIRA REVISÃO DO PPI-PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O FINANCEIRO DE 2019 – REQUALIFICAÇÃO DA E.M.600 ENTRE O VARIZ E SÃO MARTINHO DO PESO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Na sequência do despacho exarado senhor pelo vice-

presidente da Câmara, Evaristo António Neves, datado de doze de setembro de dois mil e dezanove, sob a informação número quatrocentos e noventa barra dois mil e dezanove, do chefe de Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, Abel Afonso Varandas, referente à abertura de concurso público para lançamento da empreitada supraidentificada, no valor de um milhão de euros (€1.000.000,00), mas que carece de uma revisão do PPI-Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal, foi presente a primeira revisão do Plano Plurianual de Investimentos para o ano financeiro de dois mil e dezanove, na importância de cinquenta mil euros (€50.000,00), em Inscrições/Reforços e em Anulações/Diminuições, elaborada nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro -----

----- Devidamente explicado o assunto pelo senhor presidente da Câmara, o Executivo deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

Um – Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a primeira revisão do PPI-Plano Plurianual de Investimentos para o ano financeiro de dois mil e dezanove, na

Reunião de 17 de setembro de 2019



importância de cinquenta mil euros (€50.000,00), em Inscrições/Reforços e em Anulações/Diminuições e submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal. -----

Dois – Atendendo à informação fornecida pelo senhor presidente da Câmara, de que existe a necessidade urgente daquela estrada municipal ser requalificada devido ao piso se encontrar bastante degradado e, após obtenção da aprovação do documento suprarreferenciado em sessão do órgão deliberativo ordenar aos serviços competentes da Autarquia que inicie, tendo por base o Código dos Contratos Públicos, o correspondente procedimento administrativo com vista à abertura de concurso público relativo à empreitada de “Requalificação da E.M.600 entre o Variz e São Martinho do Peso”. -----

----- 6. DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – REMODELAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DE URRÓS-MOGADOURO – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA EMPRESA AMBIÁGUA-GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DE ÁGUA, S.A – DESPACHO DE APROVAÇÃO DO VICE-PRESIDENTE – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO: - A

Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho, adiante transcrito, proferido pelo senhor vice-presidente da Câmara, Evaristo Neves, datado de nove de setembro de dois mil e dezanove, sob a informação número quatrocentos e setenta e um barra dois mil e dezanove, do chefe de Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, Abel Afonso Varandas, na qual informou que, atentos os motivos apontados pelo adjudicatário da obra é de parecer que deverá ser concedida a prorrogação do prazo solicitada, de sessenta (60) dias, a fim de ser suprida esta situação e, por conseguinte viabilizar a manutenção e execução do respetivo contrato: -----

“Concordo com a informação. Autorizo a prorrogação de prazo de execução por mais 60 (sessenta) dias. Ao executivo para ratificação. À DIOM para os devidos efeitos.” -----

----- A senhora vereadora, Alexandra Machado, perguntou quem tinha feito o projeto desta empreitada, uma vez que só agora, o seu autor verificou, querendo deixar expressa a sua admiração, que as percentagens de rocha dura são muito superiores, na ordem dos sessenta por cento (60%), quando no projeto de execução prévia se previa a percentagem de dez por cento (10%) e ainda implantar o reator biológico em cima de uma linha de água. ----

----- O senhor vereador, Evaristo Neves, respondeu-lhe que o projeto foi feito por técnicos do gabinete do senhor engenheiro Paulo Pereira. -----

Reunião de 17 de setembro de 2019



**----- 7. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO –
INFORMAÇÃO N.º 4505 SOBRE A REVISÃO DO PDM-PLANO DIRETOR
MUNICIPAL (DELIBERAÇÃO DO EXECUTIVO) – ANÁLISE E
DELIBERAÇÃO:**

- No seguimento do deliberado na reunião de dez de setembro corrente, foi presente a informação número quatro mil, quinhentos e cinco barra dois mil e dezanove, da arquiteta, Alexandra Machado, do Ordenamento do Território e Urbanismo, sobre o assunto em título que se transcreve: -----

----- “Em resposta ao email que me dirigiu hoje, com o seguinte texto”No seguimento da aprovação do REOT, na ultima Assembleia Municipal e conforme reunião do dia 8 de Agosto em Bragança, com a Eng. Maria de Lurdes, existe a necessidade de a Câmara tomar uma nova deliberação para prosseguir a revisão do PDM. -----

Assim sendo, solicito que seja feita a informação técnica necessária, para o assunto ser analisado na próxima reunião dia 10 do corrente mês.” -----

Informo o seguinte: -----

De forma a responder às disposições legais previstas na Lei de Bases da Política de Solos Ordenamento do Território e Urbanismo - LBPSOTU (Lei nº 31/2014 de 30 de maio, na sua última redação) e ao Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial –RJIGT (DL nº 80/2015 de 14 de maio), em particular à necessidade de adaptação às novas regras de classificação e quantificação do solo, a Câmara Municipal de Mogadouro terá de ponderar deliberar dar início à elaboração da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de acordo com o definido no art.º 76º do RJGUT, que deve ser tomada em reunião (pública) de Câmara. -----

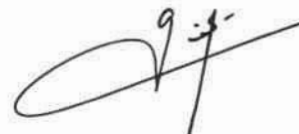
Essa ponderação deverá estabelecer os prazos de elaboração e o período de participação. -----

A deliberação que determina a elaboração do plano diretor municipal deve assentar na estratégia de desenvolvimento local, a qual define as orientações estratégicas da implementação e da gestão estruturada dos processos de desenvolvimento e de competitividade do município. Compete à câmara municipal a definição da oportunidade e dos termos de referência dos planos municipais, sem prejuízo da posterior intervenção de outras entidades públicas ou particulares. -----

Assim informo Vª Exª do seguinte: -----

O município de Mogadouro dispõe de um Plano Diretor Municipal de 1ª geração em vigor desde o dia 06.10.1995, pretende-se que o mesmo sofra uma revisão no sentido de garantir a necessária adaptação com o novo Regime Jurídico de Instrumentos de gestão territorial. -----

Reunião de 17 de setembro de 2019



De acordo com o disposto no nº 2 do artigo 199º do DL nº 80/2015 de 14 de maio, os municípios devem incluir nos planos municipais em vigor as novas normas de classificação do solo, nos seguintes termos: -----

“...2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, os planos municipais ou intermunicipais devem, no prazo máximo de cinco anos após a entrada em vigor do presente decreto -lei, incluir as regras de classificação e qualificação previstas no presente decreto -lei, sob pena de suspensão das normas do plano territorial que deveriam ter sido alteradas, não podendo, na área abrangida e enquanto durar a suspensão, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo....”. -----

Considerando que o procedimento adequado para esse efeito é o da revisão, atendendo a que é aquele que permite ao município proceder a uma reconsideração e reapreciação global do modelo territorial plasmado no plano, na medida em que os perímetros urbanos devem ser delimitados segundo as necessidades territoriais do município e na medida em que é necessário dar cumprimento às orientações da lei em vigor e do próprio Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, ou seja, de contenção e controlo da expansão urbana. -----

Interessa, então, sem prejuízo das muitas correções que visam esclarecimento e retificação de erros identificados no instrumento em vigor, exemplo disso são um conjunto significativo de erros de localização (património por exemplo), discrepâncias entre elementos constituintes, entre outros, considerando a obrigação legal do plano se adaptar à referida legislação e o prazo imposto para essa concretização. Em particular, a consideração dos prazos para a conclusão do processo de adaptação do PDM (o processo deve estar completo até julho de 2020), recomenda que a determinação do âmbito do processo de revisão incida, sobre a reapreciação global do modelo territorial, com a necessária reavaliação e redefinição dos perímetros urbanos refletindo, nesta reapreciação, a orientação que está plasmada na lei, que contempla a necessidade de “contenção e controlo da expansão urbana.”. -----

Considerando que o município dispõe de um relatório de avaliação elaborado especificamente para o efeito da revisão do PDM, interessa incluir, como objetivos dos trabalhos de revisão, os pontos neste relatório identificados que concorrem para o âmbito já anteriormente circunscrito da revisão, nomeadamente os seguintes: -----

-Racionalizar e programar a expansão urbana; -----

Reunião de 17 de setembro de 2019



- Racionalizar e programar a criação de infraestruturas; -----
- Proteger e ordenar a estrutura verde territorial e urbana; -----
- Preservar, recuperar e proteger o património cultural; -----
- Assumir as atividades agropecuárias como o polo mobilizador do desenvolvimento; -----
- Estimular o surgimento de uma base industrial; -----
- Dinamizar o aproveitamento das potencialidades locais de pequena escala;
- Consolidar a Vila de Mogadouro como centro urbano de influência subregional; -----
- Potenciar as ligações transfronteiriças; -----
- Criar uma oferta turística, em colaboração com os Concelhos vizinhos; -----
- Necessidade de reajustar as áreas programadas à ocupação atual do território, sendo necessário proceder à reprogramação das diversas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão; -----
- Necessidade de transpor para o PDM, quer ao nível do solo rústico quer relativamente ao solo urbano, as alterações ocorridas na legislação e da publicação de novas regras e conceitos verifica-se que as áreas urbanas se encontram desajustadas da realidade, uma vez que a dinâmica urbanística, foi significativa e promoveu a dispersão da aglomeração na envolvente de algumas aldeias; -----
- Necessidade de manter e melhorar as condições de vida da população e do aumento exponencial dos níveis de serviço e infraestruturas existentes no Município. -----

Assim propõe-se o início do processo de revisão do PDM onde o âmbito desta seja o que atrás se referiu e/ou outros que o executivo pretenda ver plasmados. -----

Tendo presente o disposto no RJIGT (DL nº 80/2015 de 14 de maio) e tendo presente que neste momento o Município já submeteu o Relatório sobre o Estado de Ordenamento do Território (REOT) a discussão pública e à

Reunião de 17 de setembro de 2019



apreciação da Assembleia Municipal na 9ª secção de 27 junho do corrente ano, entendo poderem estar reunidas as condições para que a Câmara Municipal de Mogadouro em cumprimento e para os efeitos dos disposto no art.º 199º do RJGIT, **delibere** a abertura do procedimento de revisão do PDM de Mogadouro aos novos conceitos introduzidos pela Lei de Bases Públicas de Solos , Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei nº 31/2014 de 30 de maio com a sua última redação) e concretizados no DL nº 80/2015 de 14 de maio e pelo DR nº 15/2015 de 19 de agosto. -----

Reafirmando e complementando o já acima referido enquadramento deste procedimento, identificam-se os principais pontos balizadores desta revisão:

- Ajustamento da classificação e qualificação do solo ao definido no RJGIT e DR nº 15/2015 de 19 de agosto, ajustando o solo classificado como urbanizável que deixa de existir assim classificado a partir de 13 de julho de 2020, -----

Correções que visem aclaramento ou retificação de erros identificados no instrumento em vigor, bem como as situações decorrentes do Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE) -----

As necessárias alterações e adaptações regulamentares decorrentes do processo agora proposto. -----

Ajustamentos nas servidões e restrições de utilidade pública que se venham a revelar importantes e necessárias. -----

O prazo para a conclusão deste procedimento deverá ser definido por Vª Exª mas conforme por mim já referido em informação 13/02/2017, deverá ser o dia 13 de julho de 2020 com sujeição a avaliação ambiental estratégica. -----

Reunião de 17 de setembro de 2019



Informo que de acordo com o definido no nº 6 do art.º 76º do RJGIT o prazo para a elaboração do PDM pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período máximo igual ao previamente estabelecido. -----

De acordo com o nº 2 do art.º 88.º do RJGIT, a câmara deverá deliberar a abertura de um período para a participação de todos os interessados que não deve ser inferior a 15 dias, para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações, sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de elaboração. -----

Esta deliberação deverá posteriormente, ser publicitada e divulgada no Diário da República, na comunicação social, na plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio na Internet da câmara municipal, e dela dar conhecimento à CCDDR-N para efeitos de constituição de comissão consultiva. -----

Informo para terminar que para efeitos do disposto no nº 7 do art.º 89.º do RJGIT, a reunião de câmara que respeita à elaboração de um plano municipal é obrigatoriamente pública." -----

----- Analisada a presente informação, a Câmara deliberou, por unanimidade, iniciar o procedimento administrativo que conduzirá à revisão do Plano Diretor Municipal de Mogadouro aos novos conceitos introduzidos pela Lei de Bases Públicas de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, com a sua última redação) e concretizados no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto). -----

----- Mais foi deliberado fixar o prazo de execução da revisão do plano até trinta de junho de dois mil e vinte e o período para participação de todos os interessados que seja de vinte (20) dias, para a formulação de sugestões e apresentação de informações. -----

*----- **Impedimentos:** - A senhora vereadora, Alexandra Machado, não esteve presente no momento da análise nem da votação deste assunto, por se encontrar impedida, pelo facto de ter sido ela, na qualidade de arquiteta da Autarquia, a informar o presente pedido, cumprindo-se o disposto no versado no n.º 6 do artigo 55.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de*

Reunião de 17 de setembro de 2019



setembro e n.º 4 do artigo 31.º e al. d) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

----- 8. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO N.º 3695 SOBRE A SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DE PORMENOR DO BAIRRO DAS SORTES – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Na sequência do deliberado na última reunião ordinária, foi presente a informação número três mil, seiscentos e noventa e cinco, de dezoito de julho do corrente ano, da arquiteta, Alexandra Machado, sobre o assunto em epígrafe que se transcreve: -----

----- *“A câmara municipal questionou a CCDR-N sobre a necessidade de emissão de novo parecer sobre a proposta que havia apresentado a este organismo em 2016, da suspensão parcial do Plano de Pormenor (PP) do Bairro das Sotes em Mogadouro.* -----

----- *Como é do conhecimento de V. Exa., a suspensão parcial do PP ficou a dever-se ao projeto denominado EPVAR ter sido projetado para um local cujo instrumento de gestão que vigora não permitir que tal fosse realizado. ---*

----- *Sobre a questão colocada a CCDR-N refere o seguinte, e reportando-se a uma comunicação efetuada em 2016 que: -----*

“foi transmitido à câmara municipal o parecer favorável desta CCDR-N à proposta de suspensão parcial do PP do Bairro das Sortes e estabelecimento de medidas preventivas para a área em causa, condicionando ao município proceder à abertura do procedimento de alteração/elaboração do plano a suspender e à publicação no Diário da República do aviso da referida deliberação, de acordo com o previsto no n.º 7 do artigo 126.º do regime jurídico de instrumentos de gestão territorial (RJIGT).” -----

----- *Dado que já decorreram quase 3 anos sobre as deliberações da câmara e da assembleia municipal sobre este assunto, impõem-se para o caso o n.º 1 do artigo 76.º do DL n.º 80/2015, de 14 de maio (aplicável por força do n.º 1 do artigo 119.º do mesmo diploma) que a elaboração dos planos municipais **é determinada por deliberação** da Câmara Municipal, a qual estabelece, desde logo, o prazo de elaboração (que deve compreender todas as fases do procedimento de elaboração/alteração do plano, e que terminará com a aprovação da respetiva proposta por parte da assembleia municipal.* -----

----- *Assim a câmara municipal deverá deliberar, novamente, iniciar o processo de alteração do PP, e estabelecer o prazo para a elaboração desta*

Reunião de 17 de setembro de 2019



alteração com o alcance referido na lei devendo este procedimento estar concluído no prazo em que vigorem as medidas preventivas. -----

----- Assim proponho a V. Exa. que leve a reunião de executivo a seguinte proposta: -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGADOURO -----

Suspensão parcial do Plano de pormenor do Bairro das Sortes em Mogadouro -----

NOTA JUSTIFICATIVA -----

Nota Justificativa para a suspensão parcial do Plano de Pormenor do Bairro das Sortes -----

- Fundamentação para a suspensão -----

PREÂMBULO -----

A presente Nota Técnica refere-se ao Projeto de Licenciamento do **Espaço de Promoção e Valorização das Associações e Raças Autóctones – EPVARA**, que se pretende construir no local do Castelinho, na Vila de Mogadouro, conforme requerido pela Câmara Municipal de Mogadouro. -----

De acordo com a comunicação 519/UOTU/2016 de 23/05/2016 enviada pelo Município de Mogadouro, o local onde se pretende implantar o edifício e as suas valências, enquadra-se no **Plano de Pormenor do Bairro das Sortes**. Neste instrumento de gestão territorial o referido local ficou “reservado” à construção de dois edifícios de uso comercial. -----

Não sendo possível, a curto prazo, alterar o uso previsto para a referida parcela de terreno e não se vislumbrando intenção do proprietário na construção dos dois edifícios previstos no Plano de Pormenor, pretende-se com a presente Nota Técnica justificar o Interesse Público Municipal, no sentido de poder ser aprovada pelos membros competentes a localização pretendida para a nova edificação. -----

São destinatários do presente documento: -----

- O Dono de Obra; -----
- O Coordenador de Projeto e restante equipa técnica; -----
- Os demais intervenientes na aprovação do projeto de licenciamento e execução. -----

Âmbito -----

O presente documento constitui uma base de trabalho para definição dos pressupostos e objetivos da obra de construção do Espaço de Promoção e Valorização das Associações e Raças Autóctones – EPVARA. Com a sua elaboração, pretende-se informar o dono-de-obra, Câmara Municipal de

Reunião de 17 de setembro de 2019



Mogadouro, e todas as entidades intervenientes no processo de licenciamento e financiamento do projeto, das fundamentações e motivações principais que serviram de base à proposta apresentada e conduziram às soluções preconizadas para o espaço em estudo. -----

1. Caracterização sumária do empreendimento -----

Para implantação do “Espaço de Promoção e Valorização das Associações e Raças Autóctones – EPVARA” foi prevista uma localização que permite manter um elo de ligação e de memória entre o espaço que agora é dedicado ao parque de feiras e a antiga “feira do gado”, designação que durante muitos anos foi dada pelos populares àquele espaço da Vila. -----

O local de implantação pretendido para a nova infraestrutura não possui edificações, sendo preenchido por algumas árvores ornamentais e arruamentos anteriormente dedicados à instalação dos pontos de venda dos feirantes. Neste sentido, o espaço serviu até há muito pouco tempo, quase em exclusividade, a realização das feiras quinzenais. Atualmente, dada a recolocação e/ou reposicionamento que foi efetuado aos pontos de venda dos feirantes, o local encontra-se sem ocupação nem atividade definida. -----

Com a intervenção proposta propõe-se criar um novo espaço, destinado ao alojamento e exposição das associações e raças autóctones, à promoção e valorização dos recursos, produtos e serviços que são endógenos do concelho e da região. Simultaneamente, a intervenção permitirá ainda dar um novo enquadramento ao espaço onde se insere através da sua requalificação e melhoramento paisagístico. -----

O espaço EPVARA será composto por um edifício paralelo à rua das Sortes, com r/chão e 1.º andar e a arena com 45m de diâmetro situa-se na face posterior deste. Esta Infraestrutura será composta pelas seguintes dependências: -----

- Um edifício de rés-do-chão e piso superior, onde funcionarão os serviços de apoio, os locais de exposição e venda, as instalações sanitárias, entre outros. Prevê-se que em parte do piso superior fique instalada a sede da Associação Comercial e Industrial de Mogadouro, cuja localização passará assim a ser privilegiada no que respeita à organização da feira maior do concelho – “Os Gorazes”. -----

- Uma arena, dedicada à apresentação e exposição de animais e produtos provenientes do setor agrícola e pecuário; -----

- Espaços Exteriores dedicados à exposição de animais, zonas de passagem e lazer para os visitantes. -----

No rés-do-chão situa-se a entrada principal para o edifício e para o espaço dedicado à arena, a entrada para a sede da Associação Comercial, Industrial

Reunião de 17 de setembro de 2019



e de Serviços de Mogadouro e todos os serviços que prestam apoio direto aos eventos que irão decorrer na arena, tais, como: bilheteira, enfermaria (primeiros socorros), gabinete para médico veterinário, instalações sanitárias divididas por sexos e para pessoas com mobilidade condicionada, bar, e espaços para arrumos. Ficarão ainda localizados no rés-do-chão os espaços dedicados à exposição e comércio de produtos endógenos, que poderão servir também para albergar as associações e representantes das raças e produtos autóctones. -----

No 1.º piso funcionarão os serviços da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Mogadouro. -----

Neste nível, prevêem-se 2 salas para formação, uma sala de reuniões e um espaço dedicado à secretaria. Existe ainda um espaço amplo que funcionará como zona de estar e as instalações sanitárias. -----

Prevê-se que a cobertura do edifício seja inclinada prolongando-se sobre as bancadas dedicadas ao público que terão uma capacidade para 500 pessoas, Pretende-se que o espaço da arena possa ser utilizado não só para as mostras, exposições e espetáculos relacionados com a atividade pecuária e as raças autóctones, mas também para a realização de atividade pedagógicas e de formação. -----

Na área posterior do terreno, anexa à arena, para dinamização do espaço, foram criadas zonas para exposição dos diferentes tipos de raças autóctones, que alternam com árvores e zonas de sombreamento, deixando distâncias necessárias para que todo o espaço possa ser percorrido quer por expositores e criadores, quer pelos visitantes. -----

Os espaços que circundam todo o equipamento serão pavimentados e estão previstas, algumas zonas arborizadas para permitir a permanência dos visitantes, dos utilizadores diários e da população em geral. -----

2. O EPVARA como espaço de Interesse Público Municipal -----

O desenvolvimento das regiões com baixa densidade populacional, nomeadamente a região interior Norte do país, é hoje um desafio e um objetivo de cujo sucesso depende em grande parte a ocupação sustentável do território nacional. Se a industrialização dos concelhos que representam o interior do país é hoje uma realidade muito distante, importa procurar alternativas que permitam a inversão do êxodo populacional destes territórios, que contribui para a desertificação populacional e destruição do seu capital humano e social. -----

Sendo amplamente reconhecido que as estratégias de intervenção e investimento nas regiões mais desfavorecidas não têm tido os resultados esperados, o Programa Operacional Regional do Norte – NORTE2020,

Reunião de 17 de setembro de 2019



definiu como eixo estratégico de investimento e aposta a valorização dos recursos endógenos através dos Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE). -----

O PROVERE pretende fomentar, de forma sustentável, a competitividade dos territórios de baixa densidade, através da dinamização de atividades económicas (produtoras de bens e serviços transacionáveis) inovadoras e alicerçadas na valorização de recursos endógenos. Neste sentido, vindo ao encontro das diretivas delineadas a nível nacional, o espaço "EPVARA" será um projeto âncora, apoiado por fundos comunitários e financiado em cerca de 85% a fundo perdido. -----

A importância da manutenção das raças autóctones é múltipla, podendo-se salientar o seu papel nos ecossistemas, permitindo uma utilização eficiente dos recursos disponíveis, tanto genéticos como materiais, contribuindo para a manutenção de sistemas de produção sustentáveis (nomeadamente porque utilizam subprodutos agrícolas que dificilmente teriam outro aproveitamento) e para a fixação das populações rurais. -----

É igualmente importante do ponto de vista da conservação da diversidade genética, uma vez que cerca de metade das diferenças genéticas são únicas para cada raça e a outra metade é comum a todas as raças da mesma espécie. -----

Para que no concelho de Mogadouro se possa maximizar o aproveitamento dos recursos endógenos existentes, não só a nível local mas também regional, propõe-se criar uma infraestrutura que permita dinamizar e valorizar os recursos dos setores que durante largos anos ou mesmo décadas foram o suporte de uma população e de uma região – a agricultura e a pecuária. Estes dois setores de atividade foram as mais importantes fontes de rendimento do concelho, bem como da região, tendo contribuído para o emprego e para a conservação do capital social e humano, funcionando ainda como barreira às dinâmicas de despovoamento instaladas em toda a região interior Norte. -----

Reconhecendo o esforço necessário e as dificuldades que existem na dinamização e desenvolvimento do mundo rural, torna-se imperioso dar voz e presença física aos bens, materiais e imateriais, e às associações, de carácter genuíno, endógeno, combinando as suas características únicas, tradicionais, com a possibilidade de inovação e empreendedorismo. -----

Neste sentido, a construção do Espaço de Promoção e Valorização das Associações e Raças Autóctones – EPVARA, permitirá sublinhar e elevar o valor económico dos recursos endógenos, através da sua promoção, contribuindo desta forma para o seu desenvolvimento. -----

Reunião de 17 de setembro de 2019



Tratando-se de um espaço que pode albergar atividades tão diversas, que podem ir desde a realização de mostras, exposições, ações de formação, divulgação e/ou publicidade, até à organização de eventos diversos de promoção das associações e raças autóctones, esta nova infraestrutura irá contribuir para o reforço da competitividade territorial e para o aumento da capacidade de atrair investimento produtivo, dinamizando desta forma a economia local, criando emprego e permitindo a fixação da população. -----

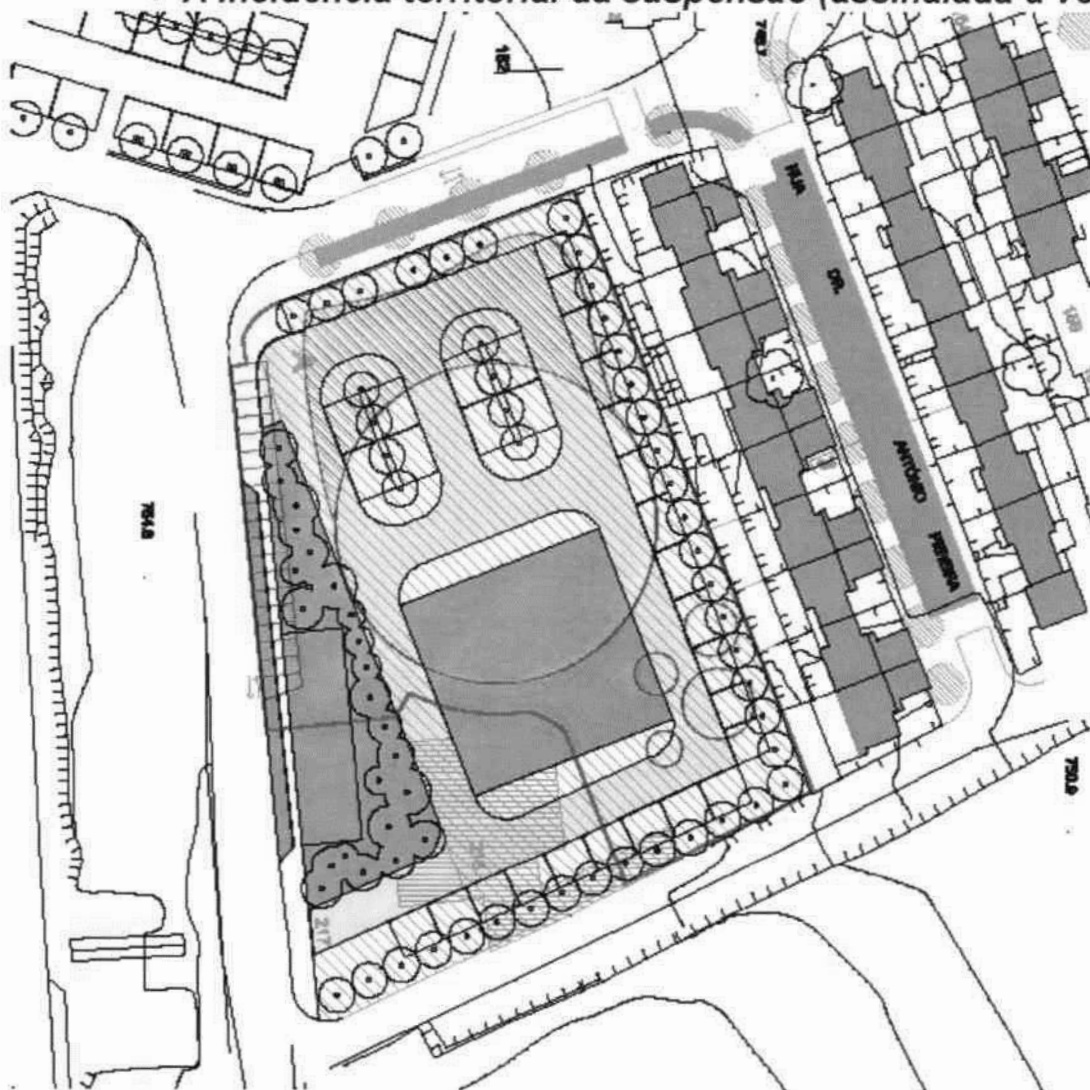
PRAZO DE SUSPENSÃO -----

- O prazo da suspensão -----

O prazo de suspensão é de dois anos." -----

INCIDÊNCIA TERRITORIAL DA SUSPENSÃO

- A incidência territorial da suspensão (assinalada a verde)



Reunião de 17 de setembro de 2019



INDICAÇÃO EXPRESSA DAS DISPOSIÇÕES SUSPENSAS

• Indicação expressa das disposições suspensas

Suspendem-se no local as disposições constantes nos artigos 19.º, 20.º, 24.º e 25.º do regulamento do plano de pormenor do Bairro das Sortes. -----

Artigo 19.º

Identificação

A área destinada a atividades comerciais e de serviços encontra-se definida pelo plano de pormenor na Planta de Implantação e tem como objetivo complementar as atividades económicas existentes no Recinto da Feira. -----

Artigo 20.º

Usos e Edificabilidade

1 – Na área destinada a atividades comerciais e de serviços é permitida a instalação de unidades industriais Tipo 3, Atividades Produtivas e Locais e Atividades Produtivas Similares. -----

2 – O número de pisos definido para os edifícios que integram os lotes, encontra-se definido no quadro de áreas que integra a Planta de Implantação. -----

Artigo 24.º

Rede Viária

1 – A Rede Viária definida no plano de pormenor é constituída pelas seguintes subcategorias: -----

a) Via de circulação rodoviária; -----

b) Área de estacionamento; -----

c) Passeios e percursos pedonais. -----

2 – A rede viária e o estacionamento público devem obedecer ao estabelecido na Planta de Implantação e nas restantes peças desenhadas.

3 – As áreas indicadas para estacionamento não podem ser utilizadas para outros fins. -----

Artigo 25.º

Estacionamento público

1 – O estacionamento público deverá obedecer ao disposto na planta de implantação. -----

2 – Às áreas de estacionamento público não poderá ser dado uso diverso do previsto. -----

3 – Nestas áreas de estacionamento deverão ser utilizados materiais que permitam a infiltração da água no solo, ou seja, não impermeabilizantes. -----

MEDIDAS PREVENTIVAS

• Medidas Preventivas

Reunião de 17 de setembro de 2019



1.º

Âmbito Territorial

A área sujeita às medidas preventivas encontra-se identificada na planta anexa. -----

Artigo 2.º

Âmbito Material

1 – Ficam sujeitas a parecer vinculativo da CCDR-N, as seguintes ações não decorrentes da execução do projeto EPVARA: -----

- a) Operações de loteamento e obras de urbanização; -----*
- b) Obras de construção ou reconstruções, ampliação, alteração, com exceção das que estejam isentas de licença ou comunicação prévia nos termos do RJUE. -----*
- c) Trabalhos de remodelação de terrenos; -----*

2 – São apenas admitidas as ações necessárias para a concretização do projeto EPVARA. -----

3 – Na área objeto das presentes medidas preventivas, aplicam-se as disposições regulamentares constantes no Plano Diretor Municipal de Mogadouro. -----

Artigo 3.º

Âmbito Temporal

As Medidas Preventivas entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação em Diário da República e vigoram pelo prazo de dois anos prorrogável por idêntico período, caducando com a entrada em vigor da alteração do Plano de Pormenor do Bairro de Sortes para a área respetiva."

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supratranscrita e, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a suspensão parcial do Plano de Pormenor do bairro das Sortes, em Mogadouro, ordenando aos competentes serviços municipais iniciar o procedimento administrativo que conduzirá ao processo de alteração do plano, bem como estabelecer o prazo de suspensão de dois (2) anos. -----

----- Mais foi deliberado, de acordo com o definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 126.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio e o diploma suprarreferenciado, submeter a presente proposta de suspensão parcial do plano a aprovação da Assembleia Municipal. -----

*----- **Impedimentos:** - A senhora vereadora, Alexandra Machado, não esteve presente no momento da análise nem da votação deste assunto, por se encontrar impedida, pelo facto de ter sido ela, na qualidade de arquiteta da Autarquia, a informar o presente pedido, cumprindo-se o disposto no*

Reunião de 17 de setembro de 2019



versado no n.º 6 do artigo 55.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 31.º e al. d) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

----- 9. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO N.º 4589 SOBRE A SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DE PORMENOR DO BAIRRO DAS SORTES (DECLARAÇÃO) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Na sequência do deliberado na última reunião ordinária e analisada a informação número quatro mil, quinhentos e oitenta e nove, de cinco de setembro de dois mil e dezanove, da arquiteta, Alexandra Machado, do Serviço de Ordenamento do Território e Urbanismo, o Executivo deliberou, por unanimidade, confirmar que se mantêm os pressupostos, de facto e de direito, que deram origem ao parecer emitido pela CCDR-N-Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte em dois mil e dezasseis sobre a proposta de “Suspensão Parcial do Plano de Pormenor do Bairro das Sortes em Mogadouro”, bem como o estabelecimento de medidas preventivas. -----

----- Impedimentos: - A senhora vereadora, Alexandra Machado, não esteve presente no momento da análise nem da votação deste assunto, por se encontrar impedida, pelo facto de ter sido ela, na qualidade de arquiteta da Autarquia, a informar o presente pedido, cumprindo-se o disposto no versado no n.º 6 do artigo 55.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 31.º e al. d) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

----- 10. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO N.º 4504 SOBRE O PLANO DE PORMENOR DO BAIRRO DAS SORTES – APROVAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Na sequência do deliberado na última reunião ordinária e, com base na informação número quatro mil, quinhentos e quatro, de dois de setembro corrente, da arquiteta, Alexandra Machado, do Serviço de Ordenamento do Território e Urbanismo, sobre o assunto mencionado em epígrafe, na sequência da aprovação do estabelecimento de medidas preventivas, ao abrigo do artigo 126.º do RJIGT, a Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à alteração do Plano de Pormenor do bairro das Sortes, em Mogadouro; o prazo para elaboração do mesmo seja de quatrocentos e vinte (420) dias, sendo, cento e oitenta

Reunião de 17 de setembro de 2019

(180) para o estudo prévio; cento e oitenta (180) para o projeto base e sessenta (60) para o projeto de execução. -----

----- Mais foi deliberado que o período para formulação de sugestões e outras informações, conforme define o artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 18/2015, de 14 de maio, seja de quinze (15) dias. -----

----- **Impedimentos:** - A senhora vereadora, Alexandra Machado, não esteve presente no momento da análise nem da votação deste assunto, por se encontrar impedida, pelo facto de ter sido ela, na qualidade de arquiteta da Autarquia, a informar o presente pedido, cumprindo-se o disposto no versado no n.º 6 do artigo 55.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 31.º e al. d) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

----- **ENCERRAMENTO:** - Foi, finalmente, deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na reunião se torne executório imediatamente, tendo o senhor presidente encerrado a reunião pelas onze horas e trinta e cinco minutos, de que para constar se lavrou a presente ata, que eu *Maria Conceição C. A. Teixeira* coordenadora técnica, Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira, redigi e subscrevi: -----

